



CÂMARA MUNICIPAL DE MARINGÁ  
Avenida Papa João XXIII, 239 - CEP 87010-260 - Maringá - PR - <http://www.cmm.pr.gov.br>

## **PROJETO DE LEI Nº 16644/2023**

**A Câmara Municipal de Maringá, Estado do Paraná,**

**APROVA:**

**Dispõe sobre a obrigatoriedade da instalação de câmeras de monitoramento nos asilos, nas casas de repouso e nas instituições de longa permanência para idosos - ILPIs ou similares sediadas no Município de Maringá e dá outras providências.**

**Art. 1.º** As instituições públicas, privadas e filantrópicas, sediadas no Município de Maringá, que funcionem como asilos, casas de repouso, instituições de longa permanência para idosos - ILPIs ou similares deverão instituir sistema permanente de videomonitoramento em suas dependências.

**§ 1.º** Os estabelecimentos referidos no *caput* deste artigo deverão instalar e manter em funcionamento câmeras de segurança, com função de gravação de imagem, com funcionamento contínuo, tendo suas imagens armazenadas pelo prazo mínimo de 90 (noventa) dias.

**§ 2.º** Os estabelecimentos fornecerão senha de acesso para visualização das câmeras de monitoramento em tempo real aos responsáveis pelos idosos.

**§ 3.º** As câmeras de monitoramento deverão ser instaladas em todas as áreas comuns, em pontos estratégicos, principalmente junto às portas de entrada e saída, áreas de lazer, de recreação e de alimentação, bem como nos quartos.

**§ 4.º** Fica proibida a instalação de câmeras de monitoramento em banheiros, vestiários e outros locais de reserva de privacidade individual.

**Art. 2.º** Os estabelecimentos a que se refere esta Lei ficam obrigados a afixar, em local visível ao público, placa indicativa informando sobre a existência de câmeras de monitoramento interno.

**Art. 3.º** Os estabelecimentos em funcionamento terão o prazo de 1 (um) ano para se adequarem às disposições desta Lei, contado da data de sua publicação.

**Art. 4.º** O não cumprimento do disposto nessa Lei sujeitará o infrator às seguintes penalidades:

I - advertência por escrito, na primeira autuação, pela autoridade competente;

II - fechamento da instituição pelo prazo de 180 (cento e oitenta) dias, para as adequações que se fizerem necessárias, em caso de reincidência.

**Art. 5.º** Caberá ao Poder Executivo definir a secretaria e/ou órgão competente para a fiscalização do cumprimento do disposto nesta Lei.

**Art. 6.º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**Plenário Vereador Ulisses Bruder, 31 de março de 2023.**

**CRIS LAUER**



Documento assinado eletronicamente por **Cristianne Costa Lauer, Vereadora**, em 14/04/2023, às 16:31, conforme Lei Municipal 9.730/2014.

---



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.cmm.pr.gov.br/verifica> informando o código verificador **0291280** e o código CRC **47BDA45D**.

---